

FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996, 305 p.

Marli Quadros Leite*

A obra em epígrafe sublima um trabalho de anos. Desde o início dos anos 80 vem a A. compulsando antigas gramáticas e textos para estabelecer a contribuição lingüística de portugueses, desde o século XVI, e brasileiros, a partir do século XIX, à gramática portuguesa. Sem dúvida, Leonor é pesquisadora que se destaca no campo dos estudos da historiografia das gramáticas portuguesas e brasileiras, pois tem, em Congressos nacionais e internacionais, apresentado pesquisas que muito têm contribuído para o conhecimento da língua portuguesa. A obra ora analisada, como explica a própria A., em nota prévia, é a versão revista da tese apresentada ao Departamento de Lingüística da USP, para o Concurso de habilitação à Livre-docência, em 1993.

Apoiada nas idéias de P. Swiggers e S. Auroux, o trabalho privilegia não somente a história interna da língua mas também a história externa, para não perder de vista o contexto sociocultural em que floresceram as idéias estudadas a cada passo. Assim, com o objetivo de “examinar a ciência gramatical” do século XVIII, a A. faz um trabalho sincrônico de análise de três gramáticas marcantes para o século:

- “1. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* – 1721 – Jerônimo Contador de Argote – primeira obra publicada em Portugal em que se faz menção à *Grammaire de Port-Royal* e a Lamy.
2. *Arte da grammatica da lingua portugueza* – 1770 – Antônio José dos Reis Lobato – primeira gramática tornada oficial para o ensino da língua.

(*) Universidade de São Paulo.

3. *Grammatica philosophica da lingua portugueza* – Jerônimo Soares Barbosa – primeira gramática editada em Portugal”.

A princípio, pode-se imaginar que *As concepções...* sejam uma obra de leitura possível apenas para leitores ligados à historiografia lingüística, filologia ou área afim, mas a leitura das páginas iniciais do livro já permitem o cancelamento dessa hipótese. Para introduzir o leitor no assunto objeto de estudo do livro, a A. teceu três capítulos em que comenta as principais obras gramaticais dos séculos XVI e XVII e faz o retrato do contexto sociocultural de Portugal do século XVIII. Desse modo, a compreensão do trabalho é facilitada ao leitor não iniciado.

No primeiro capítulo, a A. discute a importância da gramática tradicional – desde a Idade Média, como veículo do conhecimento e expressão das línguas clássicas, até o Renascimento, como veículo de aperfeiçoamento e fixação dos vernáculos – e recorre a vozes de lingüistas do porte de S. Auroux, Maurer Jr. e M. H. de M. Neves, entre outros, para avaliar algumas de suas posições sobre o tema, ou para formular outras novas. Além disso, analisa as concepções lingüísticas no século XVI e XVII a partir das gramáticas de Fernão de Oliveira – *Gramática da linguagem portuguesa* (1536); de João de Barros – *Gramática da língua portuguesa* (1540); de Amaro de Roboredo – *Methodo grammatical para todas as linguas* (1619) e *Porta de linguas* (1623); outras obras gramaticais do século XVII, de Bento Pereira, por exemplo, foram apenas citadas e deixadas de lado por terem sido escritas em latim. Sobre Fernão de Oliveira, a A. destaca, seguindo passos de E. Coseriu, a originalidade da abordagem de fatos lingüísticos, especialmente os de caráter sociolingüístico, pois, como evidencia Fávero, o gramático português atém-se, primordialmente, à observação do *uso* lingüístico de seu tempo. Já a respeito de João de Barros, a A. mostra, conforme já dissera Buescu, o caráter mais gramatical, mais sistemático, na abordagem dos problemas lingüísticos. Quanto a Amaro de Roboredo, a A. documenta muito bem a preocupação desse autor com o ensino da língua portuguesa e, também, do latim, que “é o modelo, o ponto de partida” para a aprendizagem de línguas.

O segundo capítulo é destinado à apresentação de pontos relevantes, para o tema abordado, do contexto sociocultural e político de Portugal, no século XVIII. Por isso, a A. parte de comentários sobre aspectos político, econômico e social, dando relevo à organização hierárquica da sociedade portuguesa e aos motivos que levaram o Marquês de Pombal a propor as reformas educacionais e à extinção da Companhia de Jesus. Assim, o capítulo traz um comentário importante sobre a obra de Verney, *Verdadeiro método de estudar*, ponto de partida e apoio da reforma pombalina, consolidada no Alvará Régio de 1759. Ao discutir esse Alvará, a A. destaca as principais medidas nele contidas e os ganhos educacionais dele resultantes, como, por exemplo, o fato de o ensino dever “ ‘ser breve, claro e fácil, para não atormentar os Estudantes’ (§ IV) e para isso é indispensável que seja em português” e não mais em latim, como antes. A reforma dos estudos superiores, instituída pela Lei de 1722, é também comentada pela A., que não deixa de ressaltar seu caráter renovador, por negar filiação a apenas uma corrente filosófica, o aristotelismo, e adotar o ecletismo.

O terceiro capítulo traz minuciosa análise das gramáticas que constituíram o *modelo próximo* da gramática portuguesa (sobre o *modelo remoto*, as gramáticas grega e latina, conforme adverte a A., já existem várias obras) que influenciou os gramáticos portugueses do século XVIII: *Minerva seu de latinae linguae causis et elegantia*, 1587, de Francisco Sánchez de las Brozas; *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, 1660, de Claude Lancelot e Antoine Arnauld e a *Encyclopédie ou dictionnaire raisonnée des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*, 1751 a 1772, organizada inicialmente por M. Diderot e M. D’Alembert.

Conforme anota Fávero, o autor da *Minerva* esteve sempre preocupado “em estabelecer correlação entre gramática e lógica” (p. 88) e, assim, deixa como legado para a lingüística esse erro, como oportunamente anota A., lembrando Carreter. Dentre muitos outros pontos importantes apontados pela autora, podemos registrar o fato de que “Sánchez substitui

antiga definição de gramática ‘*ars recte loquendi*’ por ‘*ars recte loquendi cuius finis est congruens oratio*’, deslocando, então, o objeto da gramática da palavra para a oração, fato bem documentado no texto, que várias vezes traz o registro de, para o autor da *Minerva*, ser a sintaxe o *finis grammaticae*. Firmados esses pressupostos, a A. estuda as partes da gramática, observando detidamente o tratamento dispensado ao nome, ao verbo, às partículas e à sintaxe, para concluir dizendo que “para Sánchez, a gramática é uma ciência cujas causas devem ser investigadas pela razão, porém muitas vezes abandona os parâmetros racionalistas e estuda os fatos gramaticais como puramente gramaticais, colocando-se ao lado de lingüistas modernos” (p. 105).

A análise da *Grammaire générale et raisonnée* é constituída de uma parte introdutória a que a A. denominou “visão geral” e outra nuclear denominada “partes da gramática”, na qual são revistos: a. as partes da gramática – “1^a. estudo das letras (sons) e dos caracteres da escrita (prosódia e ortografia) Caps. I a VI; b. estudo dos ‘princípios e das razões sobre os quais se apóiam as diferentes formas de significação das palavras’ – Caps. I a XXIV.” Para ser fiel à idéia da A., é importante deixar aqui registrados pontos importantes da *Grammaire*, como, por exemplo o fato de o método de Port-Royal oferecer contribuição para a abordagem científica da linguagem. Essa contribuição é relativa a dois pontos fundamentais: à “reintrodução da teoria do signo pela qual os humanistas-formalistas não se haviam interessado (ou ocultavam); a distinção entre as partes do discurso – as que são os signos dos ‘objectos do nosso pensamento’ (nome, artigo, pronome, particípio, preposição, advérbio) e as que são ‘a forma ou a matéria do nosso pensamento’ (verbo, conjunção, interjeição)” (p. 109). Fávero esclarece que a exploração dessas idéias está embasada no pensamento de autores como Kristeva, Foucault, Donzé, Malmberg, Swiggers e finaliza sua análise afirmando que “a importância da *Grammaire de Port-Royal* reside na aproximação entre a gramática descritiva e a lógica analítica; o paralelismo firmado entre linguagem e pensamento permitiu esta-

belecer uma teoria universalista, embora 'en imposant parfois une distortion aux données linguistiques' ” (p. 133).

Também para comentar a *Encyclopédie*, Fávoro faz comentários gerais sobre a obra e, depois, analisa pormenorizadamente as partes da gramática, que na obra é subdividida em: ortografia e ortologia; palavra; sintaxe. Em específico, sobre gramática, a *Encyclopédie* traz um artigo cujo título é *Grammaire*, em que a gramática é conceituada como 'terme abstraite. C'est une science de la Parole prononcée ou écrite'. Sobre essa conceituação a A. explica que "o objeto material da gramática não é a palavra falada ou escrita como tal, mas como "quadro do pensamento", isto é, o processo de tradução do pensamento em palavras, segundo as leis da lógica." (p.138). De acordo com Swiggers, Fávoro registra que um dos pontos originais da *Encyclopédie* é a distinção entre gramática geral e particular, chamando a atenção para o paralelismo dessa teoria com a de Chomsky, com a diferença de que para esse autor os princípios universais das línguas são inatos e para os enciclopedistas, adquiridos. Fazendo suas as palavras de KRISTIEVA, a A. encerra seus comentários dizendo que 'As descrições passam do logicismo ao semantismo ou voltam às categorias aristotélicas, mas o quadro do estudo sintático fica fixado, e fica-lo-á até nossos dias para as gramáticas escolares (...)' (p. 160).

Do capítulo IV ao VI a A. detém-se na análise das gramáticas do século XVIII, já referidas, que constituem objeto específico de seu trabalho. No quarto capítulo estuda a obra de Jerônimo Contador de Argote, *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, fornecendo, em primeiro lugar, uma visão geral da obra, inclusive com a reprodução do frontispício e primeiras páginas, que trazem as *Licenças do S. Offício* e o *Prologo*. As primeiras observações sobre a obra dizem respeito à filiação da gramática portuguesa à latina (já que aquela devia ser o instrumento de aprendizagem desta) e ao fato de estar filiada ao cartesianismo. Além disso, fica muito claro que Argote se posicionava contrariamente ao método alvarista, do jesuíta Manuel Álvares, que propunha o ensino em latim. Em seguida, esclarece que a obra é

escrita em forma de diálogo entre professor e aluno e está dividida em três partes: classes de palavras, sintaxe simples e figurada. Depois de passar em revista cada uma dessas partes, a A. conclui sua análise, ressaltando que Argote era fiel ao princípio de que 'se sabe pelo uso', mas acrescenta que o principal método desse autor foi a ruptura com o método alvarista.

No quarto capítulo, a *Arte da grammatica da lingua portugueza*, de Antônio dos Reis Lobato, publicada em 1770, é a obra estudada. A A. inicia o capítulo com a transcrição da dedicatória que o autor faz ao Marquês de Pombal, na época Conde de Oeiras, e, em seguida, a reprodução da folha de rosto e da introdução da gramática. A dedicatória, como deixa bem saliente a autora, surte efeito imediato, pois o Conde determina a adoção do livro, por meio do Alvará Régio de 1770, fazendo-o transformar-se, assim, na "primeira gramática adotada oficialmente nas escolas" (p. 190). Fávero anota que Lobato acreditava, como Roboredo, em um método único para aprendizagem de todas as línguas, ou seja, em universais lógicos. Para o autor, gramática é a 'Arte que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza' e está dividida em quatro partes: ortografia; prosódia; etimologia; sintaxe. (p. 194). Essa divisão, observa a A., é herdada da Idade Média e, sendo fiel à tradição medieval, a etimologia é a parte mais desenvolvida da obra, ocupando cento e setenta e duas de um total de duzentas e cinqüenta e uma páginas. Fávero examina as classes de palavra arroladas pelo autor (nome – substantivo ou adjetivo; pronomes; verbo), comenta brevemente a sintaxe e conclui que "a gramática de Reis Lobato pouco ou nada apresenta de novo, mas, como diz Leite de Vasconcelos (1929, p. 367): 'Apesar de muitos defeitos pois, por exemplo, explica quasi toda a sintaxe pela eterna figura da eclipse, Lobato avantajava-se em parte a autores precedentes pelo desenvolvimento que deu à morfologia'".

O sexto e último capítulo fala da *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Jerônimo Soares Barbosa, publicada em 1822. Como as anteriores, essa análise engloba comentários gerais sobre a obra, sendo que aqui a A. explora mais as características da obra, dedicando um

subtópico para comentários sobre o objeto da gramática e outro para sua organização. Depois, vem o estudo da etimologia (substantivo, adjetivo, artigo, determinativos pessoais primitivos e derivados – pronomes, determinativos demonstrativos, puros e conjuntivos – pronomes demonstrativos e relativos, verbo, advérbio, conjunção, interjeição), da sintaxe e construção (oração, concordância, regência). Na primeira parte dos comentários, a A. registra fatos importantes sobre a posição de Soares Barbosa, como, por exemplo, o fato de o autor valorizar “o domínio da norma culta como fator de prestígio, pela imitação e assimilação de usos e costumes da corte”. Além disso, é importante também a apresentação dos objetivos da *Grammatica*: “1. elucidação teórica sobre a origem e a natureza da linguagem; 2. instituição da norma prescritiva, atendendo a interesses políticos e culturais”. Para Soares Barbosa a gramática é “a arte de falar e escrever corretamente” e, é fundamental ressaltar, esse uso correto refere-se ao “uso da gente civilizada e instruída”; o falar de Lisboa e o da corte”. A novidade da *Grammatica*, nesse campo, é que o autor, assinala a A., percebe a diferença existente entre o uso lingüístico da gente culta e da “iletrada”, por isso escreve, na parte referente à ortographia, que “propõe a adoção de duas ortografias, a etimológica e a da pronúnciação (fonética): a primeira reservada ao uso dos letrados, ‘admite letras que presentemente não tem outro préstimo senão mostrar a origem das palavras’ e a segunda, para uso dos iletrados, ‘não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor, mas somente os que correspondem aos sons vivos da Língua” (p. 210). Fávero arrola outros pontos originais da gramática de Soares Barbosa, como por exemplo: “o estudo descritivo e não meramente prescritivo dos fatos da língua”; “o aspecto discursivo da linguagem, evidente no tratamento dos determinativos pessoais”; “a antevisão dos performativos; a inclusão da fala como atividade”; “o reconhecimento da função anafórica como elemento discursivo.” (p. 252-53)

A conclusão a que chega Fávero depois de analisadas essas obras é a de que os autores vão-se moldando às exigências sócio-político-culturais de seu tempo refletindo características filosóficas que se acentuam em cada

época. Entre todas as obras estudadas, entretanto, sobressai-se a de Jerônimo Soares Barbosa pela originalidade de algumas idéias, algumas aqui já comentadas.

O livro de Fávoro tem muitos méritos. Em primeiro lugar, deve-se destacar a imparcialidade com que tratou fatos de ontem situando-os no seu tempo, mas sabendo aproximá-los dos dias atuais. Em segundo, a seriedade como documentou todas as suas afirmações, arrolando tanto citações dos textos antigos analisados quanto citações da bibliografia existente sobre esses textos, o que significa que a bibliografia utilizada pela autora é atual, rigorosamente selecionada e variada. Por fim, vale dizer que o livro é de leitura muito agradável e não fosse a variedade de línguas das citações (latim, francês, espanhol, português arcaico e inglês) poder-se-ia dizer que de leitura fácil, já que a autora escreve num estilo claro e desembaraçado. Acrescente-se que, para leitores-pesquisadores, ou para aqueles que sentirem aguçada a curiosidade, Fávoro organizou dois apêndices, sendo o primeiro uma relação das obras sobre língua portuguesa escritas no século XVII, e o segundo a transcrição de documentos citados no texto, tais como: 1. Alvará Régio, de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as escolas reguladas pelo método dos jesuítas e se estabelece um novo regime. Diretor dos estudos, professores de gramática latina, de grego e retórica; 2. Instruções para professores de grammatica latina, grega, hebraica, e de retórica; 3. Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o novo método; 4. Alvará Régio, de 30 de setembro de 1770, que torna oficial a Grammatica de Antonio José dos Reis Lobato, 5. Ordem para a suspensão dos estudos da Universidade antes da Reforma; 6. Carta Régia, de 28 de agosto de 1772, dando ao Marquês de Pombal plenos poderes para a fundação da Universidade.

É imperioso registrar que somente pela leitura do texto completo o leitor poderá ter idéia da riqueza da análise da autora ao percorrer cada ponto, cada classe gramatical dos textos-objeto em busca de “uma multiplicidade de pontos positivos, de conquistas reais, embora não falem os negativos, os retrocessos” (p. 257), o que fica muito claro no livro.